



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME)
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL

A empresa _____, com CNPJ nº _____, situada Rua/Av. _____ retirou o Edital de licitação do Pregão Presencial nº 064/2018, através do site www.planura.mg.gov.br, e deseja ser informada de qualquer alteração caso ocorra pelo e-mail (_____).

_____/____/____ de _____ de 2018.

(Assinatura legível)

OBSERVAÇÃO: Este recibo **OBRIGATORIAMENTE DEVERÁ SER REMETIDO** ao Departamento de Licitações – PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA – Rua Monte Carmelo, 448, bairro Centro, Planura/MG, via e-mail: licitacao@planura.mg.gov.br

Carimbo CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME)
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER

OBJETO: - Refere-se a contratação de empresa especializada para elaboração do projeto de engenharia de **DESASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO LAGO DA VILA DE FURNAS**, em **PLANURA/MG**, conforme termo de referência.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO: ANEXO III.

HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO: ATÉ AS 09:00 HORAS DO DIA 19/11/2018.

ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO PRESENCIAL: 19/11/2018 ÀS 09:00 HORAS.

LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA - RUA: MONTE CARMELO, Nº 448 – CENTRO – PLANURA/MG.

ESCLARECIMENTOS: ATRAVÉS DO TELEFONE (34)3427-7014, E E-MAIL licitacao@planura.mg.gov.br, NO HORÁRIO DE E 13:00 ÀS 17:00 HORAS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

ESTADO DE MINAS GERAIS



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA (ME)
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

PREÂMBULO

A Prefeitura Municipal de Planura, CNPJ nº. 18.449.157.0001-64, com sede na Rua: Monte Carmelo, nº 448, Bairro Centro, Planura/MG, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto nº. 004/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada a licitação acima identificada, a ser processada e julgada conforme especificações constantes deste Edital e de acordo com a legislação regente da matéria, em especial o Decreto Municipal Instituidor do Pregão nº. 168/2006 e suas modificações, Lei nº. 8.666/1993, Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e demais normas complementares em vigor.

I – SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

1.1. Os documentos referentes ao credenciamento e os envelopes contendo as propostas de preço e os documentos de habilitação das empresas interessadas, deverão ser entregues diretamente a Pregoeiro, no momento da abertura da sessão pública de pregão no local data e horário seguintes:

LOCAL:	PREFEITURA M. PLANURA Rua: Monte Carmelo, nº 448 - Centro
DATA:	19/11/2018
HORÁRIO:	09:00 h

II – OBJETO

2. Refere-se a contratação de empresa especializada para elaboração do projeto de engenharia de **DESASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO LAGO DA VILA DE FURNAS**, em **PLANURA/MG**, conforme termo de referência.

2.2. Constituem ainda, anexos desse Edital, dele fazendo parte integrante:

- 2.2.1.** ANEXO I – Modelo de Carta de Credenciamento;
- 2.2.2.** ANEXO II – Modelo de Proposta de preços por menor preço por item;
- 2.2.3.** ANEXO III – Termo de Referência;
- 2.2.4.** ANEXO IV – Modelo de Declaração que se Submete ao Edital;
- 2.2.5.** ANEXO V – Declaração de que não emprega menor de 18 anos;
- 2.2.6.** ANEXO VI – Minuta do Contrato Administrativo;
- 2.2.7.** ANEXO VII – Declaração de Enquadramento como ME ou EPP;
- 2.2.9.** ANEXO VIII - Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à sua Habilitação.

III – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Tendo em vista que o item desta contratação têm seu valor de referência menor que R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e de acordo com os artigos 47 e 48, I da LC 123/06, este terá destinação exclusiva para MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI). Porém, em consonância com inciso II, art.49 da LC 123/06 e com fundamento no princípio da celeridade que visa à simplificação dos procedimentos licitatórios, se não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME ou EPP sediados no local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no Edital e ainda se a proposta não for mais vantajosa para a Administração Pública, os itens terão destinação à ampla concorrência, situação em que será utilizado o mecanismo do empate ficto.



3.1.1. Para os efeitos desta contratação e considerando a particularidade do objeto em licitação, consideram-se como ME ou EPP sediadas regionalmente, as que possuem sede na extensão de até **300 km da sede do Município de Planura**, fez-se necessária à delimitação de tal área para que as empresas regionais abrangidas na extensão definida possam receber o tratamento diferenciado nos termos da Lei. Essa definição da expressão “**regionalmente**” está amparada segundo entendimento conforme publicado no Informativo de Jurisprudência nº 93, de 24 de junho a 07 de julho de 2013, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, “(...) *Com relação à definição da expressão regionalmente, prevista no inciso II do citado art.49. aduziu que o Estatuto das Microempresas não trouxe um conceito preciso para a mencionada expressão, entendendo, por esse motivo, que o próprio gestor deverá delimitar e justificar, nos autos de cada procedimento licitatório, seu sentido e alcance. (...)*”.

3.1.2. Para fins de participação, as licitantes deverão demonstrar que se enquadram como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, nos termos da Lei Complementar nº. 123/2006, mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, **ou** através de Declaração de Enquadramento como ME ou EPP, conforme ANEXO VII.

3.2. Não poderão participar os interessados que se encontrarem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, empresas estrangeiras que não funcionam no país, estabelecidos em consórcio, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração.

3.3. Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documento exigido neste Edital que não tenha sido apresentado na data de abertura das propostas, devidamente incluso no envelope apropriado, ressalvadas as exceções legais.

3.4. O Pregoeiro e Equipe de Apoio se reserva no direito de exigir, a qualquer época ou oportunidade, esclarecimentos e confrontação de documentos apresentados com sua forma original.

3.5. A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3.6. A observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante, que pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

IV – DO CREDENCIAMENTO

4.1. Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o representante legal da proponente deverá se apresentar para credenciamento, junto à Pregoeira, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de mandato, com firma reconhecida por verdadeira, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

4.3. Para fins de Credenciamento, o representante legal da licitante deverá apresentar:

- a) Apresentar carta de credenciamento, conforme ANEXO I, ou procuração por instrumento público ou particular com firma reconhecida;
- b) Declaração que se Submete ao Edital, conforme ANEXO IV;
- c) Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à sua Habilitação, conforme ANEXO VIII;
- d) Cópia autenticada do Contrato Social, com todas as suas alterações ou respectiva consolidação;
- e) Documento de Identidade ou outro documento equivalente do representante.

4.4. Quando o representante presente for o Sócio/Diretor da empresa, bastará apresentar Cópia do Contrato Social autenticado ou original para autenticação, que comprove os poderes de representação e cópia do documento de identificação.

4.6. Nenhum representante, ainda que munido de procuração e dos documentos necessários poderá representar mais de uma licitante, sob pena de exclusão sumária das licitantes.

4.7. Encerrado o credenciamento, não será permitida a participação de retardatários.

4.8. Em seguida, as licitantes entregarão ao Pregoeiro, os Envelopes de nº 01 (PROPOSTA DE PREÇOS) e nº 02 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO).



V. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

5.1. Dos envelopes “PROPOSTA DE PREÇOS” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

5.1.1. Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” deverão ser indevassáveis, devidamente fechados e entregues o Pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Planura, na sala das Licitações, sita à Rua Monte Carmelo, nº 448 – Centro - Planura/MG.

DATA: 19/11/2018

HORÁRIO: 09:00 HORAS

5.1.2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

ENVELOPE 01 PROPOSTA DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018 DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO: 19/11/2018 HORÁRIO: 09:00 HORAS RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA LICITANTE.	ENVELOPE 02 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018 DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO: 19/11/2018 HORÁRIO: 09:00 HORAS RAZÃO SOCIAL E Nº DO C.N.P.J. DA LICITANTE.
--	---

5.2. A Prefeitura Municipal de Planura não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentação de Habilitação” que não sejam entregues o Pregoeiro designada no preâmbulo, no local, data e horários definidos neste edital.

VI – APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. No Envelope “Proposta de Preços” constará a Proposta de Preços, elaborada preferencialmente nos termos do Anexo II, que deverá ser apresentada impressa, legível, em papel com o timbre da licitante, sem rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, sob pena de desclassificação, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões a direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo e que deverá conter carimbo de CNPJ, com a assinatura na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal da empresa, sendo consideradas **APENAS DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA**.

6.1.1. Na proposta comercial deverá constar a declaração de que no preço proposto encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, comissões, frete e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fiel cumprimento do objeto desta licitação bem como o valor da proposta com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega da mesma, em caso de omissão, será considerado este prazo como aceito e proposto. Caso a empresa seja optante pelo simples deverá indicar na proposta.

6.2. A proposta, além dos requisitos anteriormente dispostos, deverá conter ainda as seguintes informações:

- Razão social da empresa;
- CNPJ (Número);
- Endereço Eletrônico (e-mail);
- Número do telefax;
- Endereço Comercial;
- Banco, agência e número da conta corrente da licitante;
- Descrição dos serviços a ser executados;
- Planilha Orçamentária contendo o Preço Unitário e Global do Lote de serviços a serem executados;
- Prazo de validade da proposta;
- Cronograma Físico Financeiro de execução dos serviços.

6.3. As propostas que atenderem aos requisitos do Edital e seus Anexos serão verificados quanto a erros, os quais serão corrigidos pelo Pregoeiro da forma seguinte:

6.3.1. Erro de multiplicação do preço mensal pelo prazo de execução dos serviços: será retificado, mantendo-se o preço unitário e a quantidade e corrigindo-se o produto;

6.3.2. Erro de adição: será retificado, considerando-se as parcelas corretas e retificando-se a soma.

6.3.3. O valor total da proposta será ajustado pelo Pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros e consignados em ata.



VII – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos de habilitação serão, preferencialmente, organizados na ordem em que estão citados neste Edital e numerados em ordem crescente. Todas as folhas serão rubricadas pelo titular da empresa licitante ou representante legal, devidamente qualificado.

7.2. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópias, neste caso, autenticados em cartório ou outro órgão competente, inclusive, os versos, caso haja conteúdo relevante.

7.2.1. Não serão admitidas fotocópias ilegíveis.

7.2.2. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome da licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) A licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial. Serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.3. A Comissão vai considerar o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data de emissão, para as certidões que não apresentarem, explicitamente, o prazo de validade.

7.4. As licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para sua habilitação:

7.4.1 - Habilitação jurídica

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.

7.4.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- b) Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e relativa às Contribuições Sociais (INSS), nos termos da Portaria MF nº 358/2014, alterada pela Portaria MF nº 443/2014;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, referente ao domicílio/sede da licitante;
- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, referente ao domicílio/sede da licitante;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, expedida no sítio eletrônico Tribunal Superior do Trabalho – TST.

7.4.2.1 – Para fins de comprovação de regularidade serão admitidas certidões negativa e positiva com efeito de negativa.

7.4.3 – Qualificação Econômica Financeira

- a) Certidão negativa de falência e concordata e/ou recuperação judicial expedida dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores à sessão de entrega e abertura dos envelopes de habilitação, pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou dentro do prazo de validade constante no documento.

7.4.4 – Qualificação Técnica

b) As comprovações para comprovação de capacidade técnica da licitante encontram-se descritas no item 6 do Termo de Referência.

7.4.5- Outras Comprovações

- a) Declaração para fins do disposto no inciso V do art. 27 da lei nº 8.666, de 21 de junho 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, de que a empresa não emprega menores de 18 anos, conforme ANEXO V.

Obs.: Todos os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente na ordem conforme edital e com as páginas enumeradas no rodapé inferior esquerdo.

VIII - SESSÃO DO PREGÃO

8.1. Abertura da Sessão

8.1.1. No dia e horário estabelecido neste Edital, o Pregoeiro fará a abertura da sessão, recebendo das licitantes ou de seus representantes, os documentos para o Credenciamento: Carta de Credenciamento (conforme



modelo anexo), Declaração que se Submete ao Edital (conforme modelo anexo), Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à sua Habilitação (conforme modelo anexo), Contrato Social, cópia do Documento de Identidade e os envelopes de Proposta Comercial e de Documentos de Habilitação.

8.2. Análise das Propostas de Preços

8.2.1. Terminada a fase de Credenciamento, o Pregoeiro passará para a abertura dos envelopes de Propostas Comerciais, verificando a conformidade destas com os requisitos formais e objeto do edital e o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

8.2.2. Dentre as propostas aceitas, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade das propostas em face dos requisitos do edital, classificando em primeiro lugar aquela de **MENOR PREÇO POR ITEM** e demais propostas que tenham apresentado valores até 10% do menor preço.

8.2.3. Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas de preços nas condições definidas na cláusula anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas apresentadas.

8.2.4. Havendo lances ou não, o(s) preço(s) do(s) item(ns) não poderá(ão) ultrapassar os valores orçados pela Administração.

8.2.5. Será desclassificada a **PROPOSTA** que:

- a) Deixar de atender quaisquer das exigências preconizadas para a correspondente apresentação;
- b) Apresentar rasuras ou entrelinhas que prejudiquem sua análise;
- c) Oferecer vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou ainda vantagem baseada nas ofertas das demais proponentes;
- d) Apresentar preço(s) manifestamente inexequível (is);
- e) Apresentar preço(s) simbólico(s) ou de valor (es) zero;

8.3. Lances Verbais

8.3.1. O licitante que tenha ofertado a proposta comercial de maior valor será chamado para dar início à fase de lances verbais, devendo o valor ofertado ser abaixo do menor preço.

8.3.1.1. Sucessivamente serão convocados os demais licitantes para ofertar seus lances verbais em valores distintos e decrescentes.

8.3.1.2. Caso o licitante não queira ofertar lances, estará excluído da fase de lances verbais e será mantido o valor da proposta ou de seu último lance para efeito de classificação final.

8.3.2. Se duas ou mais propostas escritas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances.

8.3.2.1. O Pregoeiro poderá:

- a) Fixar o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar às licitantes quando decidir pela última rodada de lances, que poderá, naturalmente, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado;
- b) A qualquer tempo, objetivando a otimização da etapa de lances verbais, poderá estabelecer a cada rodada, valor mínimo entre os lances, nunca superior a 5% (cinco por cento);
- c) Suspender a reunião quando julgar oportuno e conveniente.

8.3.3. Durante a etapa de lances verbais, o Pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo, podendo negociar diretamente com o(s) proponente(s), para que seja obtido preço melhor.

8.3.4. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e Regulamentado no Município de Planura serão adotados os seguintes procedimentos:

8.3.4.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

8.3.4.2. Para efeito do disposto no subitem 8.3.4.1 somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

8.3.4.3. Neste caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será convocada para apresentar nova proposta no prazo de no máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;

8.3.5. Para efeito dos dispostos nos subitens acima, proceder-se-á da seguinte forma:

- I. Não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do subitem 8.3.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos subitens 8.3.4.1



e 8.3.4.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito; e

II. No caso de equivalência de valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem em situação de empate real, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

III. Na hipótese da não contratação nos termos previstos nas alíneas acima (I e II), o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

8.4. Julgamento

8.4.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

8.4.2. Caso não se realize lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita mais vantajosa e o menor valor estimado da contratação.

8.4.2.1. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

8.4.2.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.4.3. Sendo aceitável a oferta mais vantajosa, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

8.4.4. Constatado o atendimento pleno às exigências deste edital, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.5. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, pela ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do proponente até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.

8.4.6. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro deverá negociar para que seja obtido um melhor preço.

8.4.7. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelos licitantes presentes.

8.4.8. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá, aos licitantes que tiverem suas propostas desclassificadas em todos os itens, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” inviolados podendo, todavia, retê-los até o encerramento da licitação.

8.5. Do Julgamento dos Documentos de Habilitação

8.5.1. Encerrada a fase de lance dos itens, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação das licitantes que apresentaram as melhores propostas, verificando a sua habilitação ou inabilitação.

8.5.2. Constatado o atendimento das exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora para os itens cotados sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, em não havendo interposição de recursos. Caso a licitante classificada em primeiro lugar seja inabilitada, o Pregoeiro examinará a habilitação das licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem crescente de classificação, até a apuração de uma proposta de empresa habilitada e com preços que atendam aos requisitos do Edital.

8.5.3. A habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte reger-se-á conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e especificamente o seguinte:

8.5.3.1. As microempresas ou empresas de pequeno porte que apresentarem os documentos de regularidade fiscal indicados nas alíneas “b” a “f” do item 7.4.2, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação, serão consideradas HABILITADAS.

8.5.3.2. Para efeito de assinatura do contrato, a licitante habilitada nas condições do subitem anterior, deverá comprovar sua regularidade fiscal, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

8.5.3.3. A comprovação de que trata o subitem anterior, deverá ser efetuada mediante a apresentação dos documentos de regularidade fiscal exigidos no item 7.4.2, alíneas “b” a “f” deste Título já sem restrições, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

IX- DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões de recurso,



ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1.1. O Pregoeiro poderá, no ato de interposição do recurso, exercer juízo de admissibilidade, recebendo ou não o apelo, motivadamente.

9.1.2. As razões recursais poderão ser apresentadas mediante protocolo no setor ou encaminhadas por meio eletrônico licitação@planura.mg.gov.br, sendo que, deverão ter os originais encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não conhecimento do recurso.

9.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 03 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

9.4. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 05 (cinco) dias.

9.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

X - ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Inexistindo interposição de recurso, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação ao (s) licitante (s) vencedor (es) e encaminhará o processo respectivo para homologação do resultado pela Autoridade Competente.

10.2 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente procederá à adjudicação e homologação e determinará a contratação.

XI - DA CONTRATAÇÃO

11.1. Adjudicado e Homologado o resultado da presente licitação, a Administração convocará o adjudicatário para assinar, em no máximo 02 (dois) dias, o respectivo contrato para o objeto em que recebeu adjudicação em consequência de ter apresentado a melhor proposta, tudo conforme Minuta anexa, que é parte integrante deste Edital.

11.2. A licitante vencedora obrigará-se a manter todos os documentos com datas válidas, durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Prefeitura de Planura imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do contrato.

11.3. As demais condições de execução do objeto desta licitação estão expressas na minuta de contrato constante do Anexo VI deste edital.

XII - FISCALIZAÇÃO

12.1. A Prefeitura Municipal de Planura, através de representante, exercerá a fiscalização do contrato, e registrará todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à licitante vencedora, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

12.2. As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Planura em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

XIII - REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os valores constantes do contrato a ser celebrado poderão ser revistos mediante solicitação da contratada com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II "d" da Lei nº 8.666/93;

13.2. As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato.

13.3. O percentual de desconto da empresa vencedora do certame será invariável no decorrer do contrato.

XIV - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Em casos de atraso injustificado na entrega dos serviços contratados, inexecução parcial ou total das condições pactuadas e também em casos de má-fé quanto à descrição do objeto licitado, garantida prévia defesa, ficará a licitante vencedora sujeita às seguintes penalidades:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



- 14.1.1.** Advertência, que será aplicada sempre por escrito;
- 14.1.2.** Multas, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- 14.1.3.** Suspensão temporária do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Planura;
- 14.1.4.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no prazo não superior a 05 anos.
- 14.2.** A multa poderá ser aplicada, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, no caso de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato ou deste edital, e, em especial, nos seguintes casos:
- 14.2.1. Recusa em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, multa de 10% (dez por cento) do valor total do objeto;**
- 14.3.** A multa a ser aplicada será de:
- a) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso injustificado, limitado a 2,00% (dois por cento);
- b) 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, pela desistência injustificada ou inexecução parcial do contrato.
- 14.4.** As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

XV – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Ficha nº:	Dotação:
431	0215.236950363.1008.449051

XVI - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1.** Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 16.2.** Será dada vista aos proponentes interessados tanto das Propostas de Preços como dos Documentos de Habilitação apresentados na sessão.
- 16.3.** É facultado o Pregoeiro ou a Autoridade Superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 16.4.** É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após a abertura da sessão do pregão.
- 16.5.** O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previstas no parágrafo 1º do art. 65 da Lei 8.666/93.
- 16.6.** A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 16.7.** O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 16.8.** Informações complementares que visam obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pelo Pregoeiro, no horário de 13:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (34) 3427-7014 ou e-mail licitacao@planura.mg.gov.br.

Planura/MG, 01 de Novembro de 2018.

LUIZ FERNANDO GOMES
Pregoeiro

CREMILDA LOPES PEREIRA DE SOUZA
Secretária Mun. de Cultura, Turismo, Esporte e lazer



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO I

CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 092/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 064/2018

Na qualidade de responsável legal pela empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n°. _____, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do documento de Identidade n°. _____ e do CPF n°. _____, a participar das reuniões relativas PROCESSO LICITATÓRIO N.º 092/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 064/2018, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, formular lances verbais de preços, renunciar e interpor recursos, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada.

_____, ____ de _____ de 2018.

Nome por Extenso do Responsável pela Empresa
Identidade/CPF

OBS.:

- **ESTE DOCUMENTO DEVE CONTER FIRMA RECONHECIDA;**
- **EMITIR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA MESMA;**
- **ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO II

PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

IDENTIFICAÇÃO DA LICITANTE:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

INSCR ESTADUAL:

INSCR MUNICIPAL:

ENDEREÇO:

TELEFONE/FAX:

E-MAIL:

BANCO:

AGÊNCIA:

Nº DA CONTA BANCÁRIA:

NOME DO RESPONSÁVEL P/ ASSINATURA DE CONTRATO: (Proprietário da empresa ou Procurador – No caso de procurador, deverá anexar cópia autenticada da procuração).

CARGO:

PROFISSÃO:

RG:

CPF:

ESTADO CIVIL:

NACIONALIDADE:

INSTRUMENTO QUE LHE OUTORGA PODERES PARA ASSINATURA DE CONTRATO:

PROCURAÇÃO CONTRATO SOCIAL DA EMPRESA

INSCRIÇÃO NO SIMPLES: SIM NÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº. _____ propõe a Prefeitura Municipal de Planura, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, entregar, nas seguintes condições, o objeto a seguir discriminado:

DESCRIÇÃO DO ITEM:

ITENS	UNID.	QTDE	SISTEMA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	PS	1		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA DE DESASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO LAGO DA VILA DE FURNAS, EM PLANURA/MG, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.		
VALOR TOTAL - R\$						

1. Preço total da proposta financeira: R\$ _____ (_____).
2. Prazo de entrega do objeto: até 30 (trinta) dias corridos.
3. Declaramos que nos preços propostos encontram-se todos os tributos, encargos sociais, **taxas** e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto da presente licitação.
4. Validade da proposta: Esta proposta financeira é válida por 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame.

_____, de _____ de _____.
(local e data)

Assinatura do Responsável pela Empresa
RG e CPF

**OBS.: NÃO UTILIZAR ESSA VIA DO MODELO.
EMITIR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DO CNPJ DA MESMA.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA (ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

1. OBJETO

- O presente termo tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração do projeto de engenharia de **DESASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO LAGO DA VILA DE FURNAS**, em **PLANURA/MG**.

- A especificação do item, descrição dos serviços, quantidades e demais informações encontram-se especificados nas planilhas orçamentárias e cronograma anexos a este Termo de Referência.

CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO / PROPOSTA: A proposta somente será aceita se apresentada todas as descrições exigidas no Edital e Anexos.

Será exigido do licitante vencedor, garantia e padrão de qualidade, sujeitando-se a devolução do objeto que não atender as especificações mínimas do solicitado no TR.

A Prefeitura Municipal de Planura-MG, reserva-se o direito de não receber o produto em desacordo com as especificações descritas no TR, podendo cancelar o contrato e aplicar o dispositivo no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO CUSTO DOS SERVIÇOS: Para julgamento e classificação das propostas, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade das propostas em face dos requisitos do edital, classificando em primeiro lugar aquela que propor **MENOR PREÇO POR ITEM** e demais propostas que tenham apresentado valores até 10% do menor valor. Caso não haja 3 (três) propostas classificadas, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os valores oferecidos nas propostas escritas apresentadas, para assim, darem início aos lances verbais.

Os preços devem estar compatíveis com os praticados no mercado, de acordo as pesquisas de preços anexas a este processo e conforme planilha a seguir:

VALOR MÉDIO PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

ITENS	UNID.	QTDE	SISTEMA	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	PS	1		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA DE DESASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO LAGO DA VILA DE FURNAS , EM PLANURA/MG , CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.	45.645,00	45.645,00
VALOR TOTAL ESTIMADO - R\$						45.645,00

2. JUSTIFICATIVA

- O Lago da Vila de Furnas, desde sua construção, não passou por processos de desassoreamento e revitalização, visto que, o mesmo atualmente encontra-se parcialmente assoreado, necessitando ser desassoreado e revitalizado para atender as necessidades atuais do município e de sua população, no que diz respeito a: segurança, lazer, turismo, praticas esportivas, paisagismo, eco-sistema, adaptações às necessidades especiais etc.

3. APRESENTAÇÃO

Este Termo de Referência - TR tem a finalidade de orientar a **Elaboração dos projetos de engenharia de DESASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO LAGO DA VILA DE FURNAS** por meio da contratação de serviços de empresa especializada, a partir de procedimento licitatório.



Destina-se, portanto, este Termo de Referência à:

- a. Apresentar informações necessárias à completa compreensão do trabalho a ser executado;
- b. Possibilitar ao Município, como executor ou contratante, o acompanhamento e a avaliação das propostas, de acordo com as fases de desenvolvimento dos trabalhos;
- c. Organizar um processo de transferência de conhecimento em ambos os sentidos de direção entre representantes da contratante e os representantes da contratada, que aja como facilitador na execução dos projetos;
- d. Permitir o esclarecimento de dúvidas e resolver eventuais controvérsias que possam surgir entre as partes, contratante e contratada;
- e. Garantir a compatibilização dos serviços propostos com a legislação vigente – federal, estadual e municipal sobre a recuperação pretendida.

4. DEFINIÇÕES

Para efeito deste Termo de Referência, devem ser consideradas as seguintes definições:

Bacia Hidrográfica: Espaço geográfico delimitado por divisores de água que concentra o escoamento para um único ponto (corpo d'água, córrego ou rio).

Corpo receptor: Corpo d'água onde é lançado o esgoto sanitário. Considera-se principal corpo receptor aquele que recebe o maior volume de esgoto sanitário, como rio, mar, lago ou lagoa, baía etc.

Diretrizes: Instruções que norteiam o estabelecimento das ações necessárias para se alcançar os objetivos do plano.

Efluente: Águas servidas que saem de um depósito ou estação de tratamento; Qualquer tipo de água, ou outro líquido que flui de um sistema de coleta, de transporte, como tubulações, canais, reservatórios, elevatórias, ou de um sistema de tratamento ou disposição final, como estações de tratamento e corpos d'água; Descarga de poluentes no meio ambiente, parcial ou completamente tratada ou em seu estado natural.

Área perturbada: aquela que após o impacto ainda mantém capacidade de regeneração natural e pode ser restaurada;

Recuperação: Conjunto de ações e procedimentos que visem a restaurar o funcionamento de algo;

Galerias pluviais: sistema de dutos subterrâneos (normalmente de vazões elevadas) destinados à captação e escoamento de água pluvial.

Pista de Rolamento: Local da via pública destinado ao tráfego de veículos.

Procedimentos: São desdobramentos de ações, que especificam a maneira pela qual as mesmas devem ser executadas.

Revitalização: série de ações mais ou menos planejadas, ger. provenientes de um grupo, comunidade etc., que buscam dar novo vigor, nova vida a alguma coisa. No caso específico deste projeto destina-se a reconfigurar a pista de rolamento das avenidas referidas.

5. DOS PROJETOS A SEREM APRESENTADOS

5.1 DA REVITALIZAÇÃO DO LAGO DA VILA DE FURNAS

O lago da Vila de Furnas em Planura-MG possui uma superfície de aproximadamente 140 mil m². Formado pelas águas do Córrego do Estado, vem sofrendo um processo de assoreamento constante em seu leito que se traduz em perda de sua massa líquida, principalmente na cabeceira do lago, conforme se observa na figura abaixo



Figura 1. Lago da Vila de Furnas em Planura – MG.



Fonte: Google Earth

O projeto de revitalização do lago visa às seguintes ações:

- a. Apresentar cálculos hidrológicos e hidráulicos que permitam determinar a área mínima de uma galeria pluvial que permita a transposição interna do lago através de uma ciclovia a ser construída em seu entorno interno.
- b. A bacia hidrográfica a ser determinada e considerada é do curso d'água conhecido como Córrego do Estado. A prefeitura municipal não possui especialistas em delimitação de bacias, mas possui estimativa de que a bacia do Córrego do Estado possua cerca de 30 km².
- c. Como tais cálculos são de extrema relevância em termos de segurança, nos serviços a serem prestados, exige-se da contratada que a mesma demonstre capacidade técnico-operacional neste quesito apresentado CAT – Certidão de Acervo Técnico, em nome da contratada, de: i) Caracterização de bacias hidrográficas maiores que 15 km², ii) Estudos hidrológicos e hidráulicos para determinação da chuva de projeto, iii) Elaboração de estudos de desassoreamento de lagos e canais.
- d. De posse das informações provenientes dos cálculos hidrológicos, o projeto deverá apresentar solução técnica apropriada para a transposição interna do lago para viabilizar o circuito interno da ciclovia, além de contemplar os elementos de uso público que integrarão o projeto e que deverão ser definidos em reunião com o corpo técnico da Prefeitura Municipal, tais como (no mínimo): i) Mapa da área de inserção dos elementos projetados; ii) *Pier* para contemplação e pesca, iii) teatro de arena, praças de convivência, iv) concha acústica e v) Sanitários públicos e academia ao ar livre.
- e. Deverão acompanhar os projetos seus respectivos memoriais descritivos e planilhas orçamentárias. A planilha deverá ser elaborada com base no SINAPI-(MG). Para garantia da contratada de que os serviços planilhados retratarão fielmente os serviços a serem futuramente contratados, a empresa deverá apresentar CAT – Certidão de Acervo Técnico, em nome da contratada, de Elaboração de Planilha orçamentária.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

ESTADO DE MINAS GERAIS



- f. Como parâmetro financeiro para a elaboração dos projetos, a contratante estabelece o limite máximo dos bens e serviços a serem projetados para compor a Revitalização do Lago da Vila de Furnas de **R\$ 700.000,00 (Setecentos mil reais)**.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A licitante para fins de qualificação técnica deverá apresentar como requisito de habilitação, conforme previsto no item 7.4.4 prevista no Edital de Licitação devendo apresentar a seguinte documentação:

I. Comprovante de Registro e Inscrição da pessoa jurídica junto ao CREA/CAU, vigente à época da abertura dos envelopes;

II. Declaração de sujeição ao Edital e inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação;

III. Relação nominal dos integrantes para a composição da equipe técnica da proponente, para a execução dos trabalhos objeto da licitação, devendo conter no mínimo um engenheiro civil, devidamente inscrito no CREA ou arquiteto/urbanista devidamente inscrito no CAU;

IV. A licitante deverá comprovar o vínculo de cada um dos integrantes através dos seguintes meios:

- a. no caso de empregado, por meio de apresentação de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social do profissional, mencionando o nome da empresa, a qualificação do profissional, a data da admissão;
- b. cópia do Contrato Social da empresa acompanhada da última alteração, no caso de sócio-proprietário;
- c. no caso de prestadores de serviço, por meio de contrato de prestação de serviços, que atendam todas as normas do Código Civil e devidamente registrado no cartório de títulos e documentos.

V. Comprovação de experiência anterior através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, comprovando a execução dos seguintes serviços:

- a. Caracterização de bacias hidrográficas;
- b. Estudos hidrológicos e hidráulicos para determinação da chuva de projeto em bacia hidrográfica;
- c. Elaboração de estudos de desassoreamento de lagos e canais;
- d. Elaboração de estudos e levantamentos topo batimétricos;
- e. Levantamento planialtimétrico.

VI. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:

- Nome do contratado e do contratante;
- Identificação do contrato (tipo ou natureza da obra);
- Serviço executados (discriminação e quantidades).

VII. O(s) atestado (s) que não atender a todas as características acima citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão Permanente de Licitação.

7. ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Os projetos relativos a este Termo de Referência deverão ser executados conforme preconizam as normas brasileiras para tal. Além destes projetos deverão ser confeccionados memoriais descritivos e planilhas orçamentárias para os mesmos.

7.1. CONHECIMENTO PRÉVIO

O conhecimento prévio das condições em que se encontram as vias e logradouros que farão parte destes projetos será de inteira responsabilidade da contratada.

7.2. NORMATIVAS

Deverão ser observadas as seguintes leis federais (além das normas brasileiras vigentes) relevantes para a elaboração dos projetos referidos neste Termo de Referência:

- Resolução Conama nº 420, de 28/12/2009 – Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas;
- Resolução Conama nº 396, de 03/04/2008 – Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências;
- Lei nº 10.165, de 27/12/2000 - Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
- Lei nº 9.605, de 12/2/1998 – Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA

ESTADO DE MINAS GERAIS



- Lei nº 6.938, de 31/8/1981 – Dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;

7.3. SUPORTE TÉCNICO

A contratada dará suporte técnico à contratante para que seu corpo técnico possa efetuar o acompanhamento da elaboração dos projetos deste escopo.

7.4. INTEGRAÇÃO TÉCNICA

O município deverá designar um dos seus integrantes técnicos como o elemento de ligação entre a contratada e a Prefeitura Municipal de Planura para participar da elaboração dos projetos aqui referidos, proporcionando informações, acompanhando os estudos e analisando a pertinência das proposições.

8. FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dos serviços técnicos de consultoria será da responsabilidade do Município, através da Equipe Técnica Municipal. A supervisão dos referidos serviços será da responsabilidade das Secretarias Municipais que tenham pertinência aos projetos a serem desenvolvidos.

9. PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

A contratada deverá entregar à Prefeitura Municipal os seguintes documentos:

- a. Projetos básicos dos elementos referidos neste Termo de Referência;
- b. Planilha orçamentária estimada dos custos de cada projeto;
- c. Memorial Descritivo de cada projeto;

Os produtos das etapas deverão ser apresentados em duas vias impressas e duas vias digitais, encaminhados ao gestor municipal que intervirá com demais procedimentos junto aos órgãos conveniados.

O documento com a versão final de todos os produtos deverá ser apresentado, preferencialmente, em 01 (um) único volume, em 01 (uma) via, devidamente encadernada (permitido o espiral), dentro das normas técnicas, em papel nos formatos A4 até A1. Este documento também deverá ser entregue também em meio digital – CD-ROM em 02 (duas) vias, com os textos em formato universal ou em extensões DOC ou SXW; tabelas em extensões XLS ou SXC; mapas em extensões DWG ou DXF (mapa base) / CDR ou WMF (mapas temáticos e mapas analíticos); arquivos de imagens em JPG ou TIF.

Todo o material produzido, decorrente da execução das atividades, ficará de posse e será propriedade do Município.

10. PRAZO PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O prazo máximo para execução dos serviços é de 30 (trinta) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato de prestação de serviços entre a Prefeitura Municipal e a Consultoria (contratada), sendo os serviços realizados de acordo com a metodologia descrita anteriormente.

Caso a contratada não entregue os serviços no prazo estipulado acima, terá o contrato rescindido, sem prejuízo à contratante, onde caberá a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11. FORMA DE PAGAMENTO E RESPONSABILIDADE DE CUSTOS

O pagamento dos serviços contratados se fará integralmente, em até 30 (trinta) dias corridos após a entrega total do objeto, mediante apresentação dos documentos fiscais devidos e aceite/aprovação final pela contratante.

No caso de emissão de 2ª via, emissão de Nota Fiscal para correção de dados, será concedido o prazo de 02 dias, para as devidas correções, a contar do pedido da contratante.

Os custos para execução produtos e serviços, objeto deste Termo de Referência, como contratação dos profissionais da equipe técnica, digitação dos produtos a serem entregues, digitalização, cópias, encadernação e apresentação técnica são da responsabilidade da consultoria contratada. Excetuam-se quaisquer custos relacionados a levantamentos planialtimétricos, topográficos e outros que impliquem na contratação de profissionais não mencionados neste Termo de Referência.

Planura/MG, 01 de Novembro de 2018.

Cremilda Lopes Pereira de Souza
Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e
Laser

Eng. Leandro Rodrigues de Oliveira
CREA: 5061768449/D
Secretário Municipal de Infraestrutura, Assuntos
Urbanos e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE SUBMETE ÀS CONDIÇÕES DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede no endereço sito à _____, neste ato representada pelo(a) Sr(a). _____, (qualificação), **DECLARA** para os devidos fins que conhece o presente Edital, dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, está de acordo, se submete a todas as exigências nele contidas e que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de cada um dos documentos apresentados.

_____, ____ de _____ de 2018

Nome por Extenso do Representante legal da Empresa
Identidade/CPF

OBS.:

- **EMITIR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA MESMA.**
- **ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 18 ANOS EM TRABALHO INSALUBRE E NOTURNO.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 092/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 064/2018

A empresa (*identificação completa da licitante*), por intermédio de seu representante legal (*nome e identificação completa*) **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprego pessoa menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso e não emprego pessoa menor de 16 (dezesseis) anos.

(Obs.: Se for o caso, emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz).

_____, ____ de _____ de 2018.

Nome por Extenso do Representante legal da Empresa
Identidade/CPF

OBS.: EMITIR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DO CNPJ DA MESMA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO N° ____/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 092/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 064/2018

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA **ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA DE DESASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO LAGO DA VILA DE FURNAS**, EM PLANURA/MG E A EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE PLANURA/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Monte Carmelo, n° 448, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, sob o n° 18.449.157/0001-64, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO ROBERTO BARBOSA, brasileiro, casado, engenheiro eletricitista, inscrito no CPF sob o n° 341.030.826-15, portador da cédula de identidade sob o n° 4101548 SSP/MG residente e domiciliado nesta cidade de Planura, a empresa _____, inscrita no CNPJ n°. _____, Inscrição Estadual n°. _____, com sede na _____, representada pelo Sr(a). _____ (qualificar), doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente CONTRATO de Prestação de Serviços referente ao PROCESSO LICITATÓRIO N° 092/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N° 064/2018 e em conformidade com a Lei 8.666/93, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1- Constitui objeto do presente contrato, a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA **ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA DE DESASSOREAMENTO E REVITALIZAÇÃO DO LAGO DA VILA DE FURNAS, EM PLANURA/MG.**

1.2- Os serviços serão prestados conforme proposta de preços apresentada pela licitante e detalhamento abaixo:

CLÁUSULA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES

2.1- São obrigações da Contratada:

- a) Executar os serviços constantes da Cláusula Segunda observando as normas e suas alterações que vierem a substituí-las.
- b) Entregar os serviços do objeto no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Serviços, da Secretaria Municipal solicitante da Prefeitura Municipal de Planura/MG.
- c) Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos advindos desta contratação, inclusive decorrentes da relação empregatícia para com seus prepostos ou empregados, eventualmente utilizados na execução do objeto contratual, exceto decorrentes de custas processuais.
- d) Responder, sob as penas da lei, por todos os atos praticados por ela ou pelos seus empregados.
- e) Manter, durante toda a vigência desse contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de regularidade fiscal, devendo comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

2.2- São obrigações da Contratante:

- a) Efetuar o pagamento na forma definida na Cláusula Quarta.
- b) Notificar a Contratada sobre alterações nos serviços que impliquem alteração das condições inicialmente contratadas.
- c) Notificar a Contratada para corrigir irregularidades encontradas na execução do objeto desse contrato.



CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

3.1- O presente contrato, inclusive os serviços dele originadas terá vigência de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes, nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

3.2- Durante a vigência deste contrato os preços dos serviços contratados permaneceram fixos, ressalvadas as revisões necessárias para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato ou em função das alterações previstas na Cláusula Quinta deste contrato.

3.3- A alteração de preços para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial deste contrato somente poderá ser efetivada mediante justificativas apresentadas formalmente pela Contratada e aceitas pela Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

4.1- Pela execução do objeto do contrato, a CONTRATANTE, pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ _____ (_____).

4.2- Os pagamentos serão realizados, conforme cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA na proposta, por processo legal, em até 30 dias, após a apresentação dos documentos fiscais devidos e devidamente atestados pelo órgão fiscalizador.

4.3- No caso de irregularidade na emissão do documento fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizado.

4.4- Nos preços propostos encontram-se todos os tributos, encargos sociais, taxas de emissão de apólices e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do presente objeto.

CLÁUSULA QUINTA - ALTERAÇÃO

5.1- O presente contrato poderá ser alterado mediante termo aditivo e respectiva justificativa na forma dos artigos 57 ou 65, ambos da Lei Federal nº. 8.666/1993 com as devidas justificativas emitidas pela Contratante.

CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA DO OBJETO LICITADO

6.1- Verificada a desconformidade na entrega do objeto deste contrato, os serviços serão recusados, cabendo ao Contratante notificar a Contratada para que efetue a imediata substituição dos mesmos, sem prejuízo das penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS MULTAS

7.1- Em casos de atraso injustificado na entrega dos serviços, inexecução parcial ou total das condições pactuadas e também em casos de má-fé quanto à descrição do objeto licitado, garantida prévia defesa, ficará a licitante vencedora sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência formalmente expedida.

b) Multa.

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Prefeitura de Planura.

d) Suspensão do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura de Planura por até 5 (cinco) anos.

e) Rescisão do contrato e aplicação do disposto no art. 80 da Lei Federal nº 8.666/1993.

7.2- A multa a ser aplicada será de:

a) 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso injustificado, limitado a 2,00% (dois por cento);

b) 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, pela desistência injustificada ou inexecução parcial do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1- Havendo descumprimento do pactuado resultará na rescisão, incidindo-se multa, conforme previsto em cláusula anterior, ficando ajustado que o simples atraso no pagamento não ensejará motivo para rescisão.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



8.2- Pela inexecução total ou parcial do contrato, a **CONTRATANTE** poderá aplicar à **CONTRATADA** as sanções previstas no artigo 7º, da Lei 10.520/2002 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo período de até cinco anos.

8.3- A **CONTRATADA** declara-se ciente dos motivos que ensejam a Rescisão Contratual, conforme elencado no artigo 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações subsequentes, aplicando-se, no todo ou em parte, o que couber no presente contrato.

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1- A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Ficha nº:	Dotação:
431	0215.236950363.1008.449051

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VINCULAÇÃO E DOS CASOS OMISSOS

10.1- Este contrato está vinculado de forma total e plena ao Processo Licitatório nº 092/2018, Pregão Presencial nº 064/2018, que lhe deu causa, para cuja execução, exigir-se-á rigorosa obediência ao Edital e seus Anexos.

10.2- Os casos omissos serão dirimidos nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1- Fica eleito o Foro da Comarca de Frutal/MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, que de outra forma não sejam solucionadas, com expressa renúncia das partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E por estarem plenamente em acordo com todas as cláusulas e condições, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas signatárias para que produzam seus jurídicos e legais efeitos.

Planura/MG, em ____ de _____ de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
Paulo Roberto Barbosa
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DA LICITANTE COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei que cumpre plenamente os requisitos para configuração com Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, estabelecidos na Lei Complementar 123/2006.

_____, ____ de _____ de 2018.

Nome por Extenso do Representante legal da Empresa
Identidade/CPF

OBS.:

- **EMITIR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA MESMA;**
- **SOMENTE PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;**
- **ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANURA
ESTADO DE MINAS GERAIS



ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À SUA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2018

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, fins do disposto no disposto no § 2º do artigo 32 da Lei 8.666, de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada idônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da legislação em vigor ou do Pregão, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação, ou a eventual contratação que deste procedimento possa decorrer.
Por ser verdade firmo e assino a presente.

_____, ____ de _____ de 2018.

Nome por Extenso do Representante legal da Empresa
Identidade/CPF

OBS.:

- **EMITIR PREFERENCIALMENTE EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA OU APOR CARIMBO DA MESMA;**
- **ESTE DOCUMENTO DEVE SER APRESENTADO FORA DOS ENVELOPES.**